

A GUERRILHA DO ARAGUAIA E A REPRESSÃO CONTRA CAMPONESES: REFLEXÕES SOBRE OS FUNDAMENTOS E AS PRÁTICAS REPRESSIVAS DO ESTADO BRASILEIRO EM TEMPOS DE DITADURA

THE ARAGUAIA GUERRILLA AND REPRESSION AGAINST PEASANTS: REFLECTIONS ON THE FOUNDATIONS AND THE REPRESSIVE PRACTICES OF THE BRAZILIAN STATE IN TIMES OF DICTATORSHIP

Patrícia Mechi*
patriciam@mail.uft.edu.br

RESUMO: O episódio de enfrentamento à ditadura civil-militar conhecido como “guerrilha do Araguaia (1972 a 1974)” foi um dos eventos do período que produziu o maior número de vítimas. Segundo os dados disponíveis hoje, seriam 62 militantes e ao menos 17 camponeses assassinados pelas forças repressivas que atuaram na região, centenas de presos e torturados, além de diversos camponeses que tiveram destruídos os seus meios de subsistência. O artigo busca discutir a natureza, os métodos e os objetivos desta repressão, tendo como eixos sua articulação com a Doutrina de Segurança Nacional e elementos do pensamento conservador, em particular no campo. Assim, na primeira parte do artigo, apresentamos os principais elementos da modificação operada na atuação dos Estados Unidos para a América Latina, no que diz respeito ao papel das forças militares, incluindo a divulgação da Doutrina de Segurança Nacional no continente e apresentamos alguns elementos da Doutrina no Brasil; na sequência, discutimos aspectos das visões sobre o “povo” no pensamento conservador, nos casos de dois outros massacres promovidos em áreas rurais: Canudos e Contestado. Por fim, discutimos a atuação das forças armadas na repressão da guerrilha em si, principalmente no que diz respeito aos camponeses.

PALAVRAS-CHAVE: Ditadura; Guerrilha do Araguaia; Violência; Camponeses.

ABSTRACT: The episode coping civil-military dictatorship known as "Araguaia guerrilla (1972-1974)" was one of the events of the period that produced the largest number of victims. According to the data available today would be at least 62 militants and 17 peasants murdered by the repressive forces that were active in the region, hundreds arrested and tortured, and many peasants who had destroyed their livelihoods. The paper discusses the nature, methods and objectives of this repression, having as their articulation axis with the National Security Doctrine and elements of conservative thought, in particular in the field. Thus, the first part of the paper we present the main elements of the amendment brought in the actions of the United States to Latin America, with regard to the role of the military, including disclosure of the National Security Doctrine in the continent and present some elements of Doctrine in Brazil; following, we discuss aspects of the visions of the "people" in conservative thought, in the cases of two other massacres promoted in rural areas: Straws and Contested. Finally, we discuss the role of the military crackdown on the guerrillas themselves, particularly with regard to the peasants.

* Professora Doutora no Instituto de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração LatinoAmericana (UNILA).

KEYWORDS: Dictatorship; Araguaia guerrilla; Violence; Peasants.

Introdução

A guerrilha do Araguaia ocorreu entre os anos de 1972 e 1974, numa região de fronteira entre os estados do Pará, Maranhão e Tocantins (à época norte de Goiás). Organizada pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B), ela foi a mais duradoura e importante experiência de luta armada no campo contra a ditadura civil-militar e um dos mais brutais episódios de repressão à militantes de esquerda e a pessoas comuns no período.

A historiografia sobre o tema divide a repressão à guerrilha em três fases, tendo como critério as campanhas militares desenvolvidas na região. Delas, a terceira e última campanha foi a mais violenta, resultando na prisão, tortura e morte de militantes e camponeses. Os dados oficiais dão conta de 62 militantes e ao menos 17 camponeses mortos ou desaparecidos (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2002, p. 20).

Neste artigo, busca-se discutir a natureza, os métodos e os objetivos desta repressão, tendo como eixos sua articulação com a Doutrina de Segurança Nacional e alguns elementos do pensamento conservador, enfocando, em particular, aspectos das representações sobre o homem do campo. Assim, na primeira parte, apresentamos os principais elementos da modificação operada na atuação dos Estados Unidos para a América Latina a partir do final da segunda guerra mundial, no que diz respeito ao papel das forças militares, incluindo a divulgação da Doutrina de Segurança Nacional no continente, e apresentamos alguns elementos da Doutrina no Brasil. Tratam-se de elementos que auxiliam na compreensão dos fatores que conformam as especificidades da repressão desenvolvida na guerrilha do Araguaia, destacando aquela praticada contra os camponeses. Com o mesmo objetivo, discutimos aspectos das visões sobre o “povo” no pensamento conservador, nos casos de dois outros massacres promovidos em áreas rurais: Canudos e Contestado.

Não se trata, em nenhum dos casos, de apresentar estudos exaustivos sobre estas temáticas, mas sim levantar elementos que possam compor um quadro explicativo das ações repressivas desenvolvida durante a guerrilha, tema da última parte do artigo.

Alguns elementos sobre a segurança continental após a Segunda Guerra Mundial e a Doutrina de Segurança Nacional

A partir do final dos anos de 1940, a América Latina, no bojo das transformações que diziam respeito às concepções de segurança dos Estados Unidos, passou a aparecer com mais frequência nas preocupações deste país. Durante a administração Truman, a América Latina foi incluída num programa global de ajuda militar, que contava com o financiamento dos Estados Unidos, e que teve continuidade nos governos posteriores, durante os anos de guerra fria.

O plano de ajuda concebido pelos militares estadunidenses, em seu início, contemplava as formas tradicionais de combate, ou seja, concebia a guerra de forma tradicional, entre estados e declarada, e na qual o inimigo era sempre externo. Entretanto, esta concepção foi paulatinamente sendo substituída, principalmente a partir dos anos iniciais da década de 1960, por programas centrados no desenvolvimento de formas de preservação da segurança interna, cujo foco eram distúrbios civis e insurreições, provocados pelos “inimigos internos”. Estes programas procuravam desenvolver forças menores e com maior mobilidade, baseados em princípios de contrainsurreição e táticas contraguerrilheiras.

Resultado da modificação do padrão de intervenção militar estadunidense para América Latina a partir da guerra fria buscavam-se outras formas de combater as “novas ameaças” mundiais, advindas da divisão do planeta entre “capitalismo” e “comunismo” tais como a revolução cubana e vietnamita. Nestas experiências, ficava claro para os militares a necessidade de adotar novas modalidades de repressão, que incluíam também a colaboração de outras nações, ideologicamente alinhadas no bloco capitalista. Avançou-se na premissa de cooperação continental e, conseqüentemente, rompeu-se com a ideia de que na América Latina as forças armadas nacionais seriam responsáveis apenas por “defender seus respectivos países de um ataque externo. Ao invés disso, o governo estadunidense procurou usar sua ajuda militar como um incentivo para convencer e conduzir os oficiais militares a concentrar-se na segurança interna e no desenvolvimento nacional” (PEREIRA, 2008).

A modificação nas concepções estadunidenses em torno dos conceitos de guerra, defesa e segurança, se materializavam na Doutrina de Segurança Nacional (DSN) do Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos. Esta doutrina teria sua divulgação aos países da América Latina facilitada pelo estreitamento dos laços entre os militares estadunidenses e as forças armadas dos demais países.

O embrião da DSN na América Latina tem como referência a “Declaração de Caracas de 1954”, por ocasião da realização, naquela cidade, da X Conferência Interamericana, na qual os Estados Unidos conseguiram que a Organização dos Estados Americanos (OEA) condenasse à intervenção do “comunismo internacional na América Latina” (FERNANDES, 2009, p. 834).

Paralelamente à modificação das concepções militares, também se desenvolvia a noção de que as Forças Armadas poderiam intervir no desenvolvimento socioeconômico. Esta concepção se materializou em um programa de ajuda para a América Latina, a Aliança para o Progresso.

Entretanto, a Aliança para o Progresso não era suficiente e, em alguns casos, era ineficaz, quando considerados os seus resultados mais imediatos. Em 1962, o departamento de Defesa e de Estado expressaram suas dúvidas quanto aos benefícios de curto prazo da Aliança Para o Progresso, e chegaram a avaliar que ela mais debilitaria do que fortaleceria o tecido social na América Latina em seus momentos de implantação. Esta seria uma situação que poderia ser explorada tanto pelos comunistas, quanto por outros setores de esquerda. Argumentavam, então, que

os Estados Unidos poderiam precisar que os militares latino-americanos preservassem a segurança interna até que as parcelas mais desfavorecidas da população latina desfrutassem dos “benefícios do processo de modernização através da Aliança para o Progresso” (PEREIRA, 2008, p. 160).

Com base nesse quadro, a solução encontrada foi a adoção de medidas que buscassem assegurar a lealdade dos “oficiais da modernização”, além de oferecer treinamentos para que eles pudessem enfrentar ações de guerrilhas nas áreas rurais ou insurreições. Esta avaliação foi reforçada pelas conclusões das diversas missões enviadas aos países latinos americanos durante o governo de John Kennedy, com o objetivo de avaliar o “potencial subversivo” e a capacidade de combate das forças armadas. Nestas missões, teriam encontrado “graves deficiências” e sugeriram diversas ações que visavam reorientar a defesa do continente, atentando para a questão da segurança interna e oferecendo assistência aos países para conter as “revoltas, violência e ações de contrainsurgência” (Recommendations for U.S. Action *apud* PEREIRA, 2008, p. 164).

A partir de então, incrementou-se a ajuda financeira para fins militares na América Latina e o treinamento de oficiais latino americanos em instituições estadunidenses. Entre as escolas militares que receberam brasileiros destaca-se a U.S. Army Caribbean School in the Canal Zone, ou “Escola das Américas”, onde se ensinavam

operações clandestinas; comunismo e democracia; uso de informantes; interrogatório de prisioneiros e suspeitos; usos de rádio, fotografia e vídeo no trabalho de inteligência; manipulação de encontros e reuniões de massa; infiltração em guerrilhas e movimentos armados de esquerda (PEREIRA, 2008, p. 167).

No Brasil, além do treinamento militar de diversos oficiais na Escola das Américas, foi criada em 1949 a Escola Superior de Guerra, que cumpriu um papel importante na formação de militares e civis a partir dos novos preceitos de segurança para o continente.

Inicialmente a ESG tinha a finalidade de ministrar aos oficiais de todas as armas, o curso de Alto Comando. Todavia, sob o Comando do General Cordeiro de Farias, em menos de um ano de funcionamento a ESG se abriu também para a formação de civis do setor público e privado, com vistas a instrumentalizar uma elite civil na formulação, planejamento e direção das diretrizes de Segurança Nacional.

Alguns conceitos desenvolvidos pela Escola Superior de Guerra, no bojo da Doutrina de Segurança Nacional, nos auxiliam a compreender quais foram as bases ideológicas que sustentaram as ações dos militares e a justificativa para a escalada repressiva que se instalou no país, incluindo as concepções que orientaram a repressão à guerrilha do Araguaia. Segundo a doutrina da ESG, o mundo se encontrava dividido em dois campos bipolares: “os regimes políticos, no mundo contemporâneo, se acham ligados, com maior ou menor intensidade, a duas concepções ou tendências básicas: autocrática e democrática ..” (ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 1975, p. 91).

Nesta divisão, o Brasil estaria ligado à “tendência democrática”, alinhado aos países capitalistas, cuja liderança cabia aos Estados Unidos. Estabelecer uma identidade entre democracia e capitalismo *versus* autocracia e comunismo, foi constante nos materiais da ESG. Contudo, no Brasil não se verificava uma democracia plena e, para atingi-la, seria necessário eliminar os focos de “antagonismo social”.

O conceito de “antagonismo social” é fluído e impreciso, e poderia se apresentar como “violência, subversão, corrupção, tráfico de influência, infiltração ideológica, domínio econômico, desagregação social ou quebra de soberania” (ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 1976, p.431-432). Esta fluidez do conceito permitia que as mais diversas ações fossem interpretadas como “antagonismo social”, uma ameaça à segurança interna do país.

Esta flexibilidade do que seria “antagonismo social” pode ser atribuída à ideia presente na ESG que, com o surgimento do comunismo, quaisquer manifestações sociais poderiam ser aproveitadas por esta doutrina para fomentar a desordem social e incitar a população contra a ordem estabelecida. Dessa maneira, como ação preventiva, se reprimiriam as demandas populares, de forma a impedir o avanço do comunismo. Para a ESG, o comunismo,

em sua ânsia de expansão e domínio do mundo, evitando engajar-se em um confronto direto, põem em curso os princípios de uma estratégia – em que a arma psicológica é utilizada, explorando as vulnerabilidades das

sociedades democráticas, subreptícia e clandestinamente, através da qual procuram enfraquecê-las e induzi-las a submeter-se a seu regime sociopolítico. A guerra revolucionária comunista tem como característica principal o envolvimento da população do país-alvo numa ação lenta, progressiva e pertinaz, visando à conquista das mentes e abrangendo desde a exploração dos descontentamentos existentes, com o acirramento de ânimos contra as autoridades constituídas, até a organização de zonas dominadas, com o recurso à guerrilha, ao terrorismo e outras táticas irregulares, onde o próprio nacional do respectivo país-alvo é utilizado como combatente (ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 1976, p. 79).

A diversidade de formas como os comunistas poderiam atuar na sua “guerra revolucionária” obrigaria as autoridades governamentais a operar num amplo espectro de ações visando neutralizar essa influência. Esta percepção dava carta branca para as interferências nas mais diversas esferas da vida social e municiava o governo para agir contra a população. As formas de guerra a partir das quais os comunistas poderiam atuar seriam a guerra insurrecional e a guerra revolucionária, assim definidas:

A Guerra Insurrecional – conflito interno em que parte da população armada busca a deposição de um governo, e A Guerra Revolucionária – conflito, normalmente interno, estimulado ou auxiliado do exterior, inspirado geralmente em uma ideologia, e que visa à conquista do poder pelo controle progressivo da nação (ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 1976, p. 78).

As dificuldades que enfrentavam os governos em atuar contra essas formas de guerra residiam no fato de serem “guerras não declaradas”, portanto, o inimigo poderia se utilizar de estratégias de infiltração nas mais variadas esferas da sociedade. Assim, potencialmente, todo o cidadão transformava-se, segundo esta concepção, em “inimigo interno”. Comblin observa que:

A segurança nacional talvez não saiba muito bem o que está defendendo, mas sabe muito bem contra quem: o comunismo. Sua indefinição é que faz sua eficiência: o comunismo pode aparecer em todos os setores da sociedade; para lutar contra ele é preciso um conceito muito flexível. Em qualquer lugar onde se manifeste um aparente comunismo, o estado está presente e faz intervir a segurança nacional. [...] à onipresença do comunismo responde-se com a onipresença da segurança nacional (COMBLIN, 1978, p. 55).

A mesma fluidez do conceito de “antagonismo social” se estende também ao conceito de “inimigo interno”. A elasticidade do conceito, como argumentou Comblin, é o

que determina sua eficiência. Ao manter-se “elástico”, novos grupos sociais podem ser enquadrados sob este conceito e combatidos. Um exemplo do alcance do conceito de inimigo interno foi a argumentação de Breno Borges Forte, durante a X Conferência de Comandantes em Chefe de Exército americano em Caracas, ocorrida em 1973. Na ocasião ele afirmou que:

O inimigo é indefinido, serve-se do mimetismo e adapta-se a qualquer ambiente, utilizando todos os meios, lícitos ou ilícitos, para atingir seus objetivos. Mascara-se de padre ou professor, de aluno ou camponês, de vigilante defensor da democracia ou de intelectual avançado” (FORTE *apud* COMBLIN, 1978, p. 48).

A partir de 1967, nos Estados Unidos, Robert Macnamara divulgou a incorporação do conceito de desenvolvimento à Doutrina de Segurança Nacional. No Brasil, a incorporação do “desenvolvimento” ao ideário da ESG foi anterior à doutrina estadunidense, sendo identificado desde o governo Castelo Branco, que afirmava: que a “inter-relação entre o desenvolvimento e a segurança faz com que, por um lado, o nível de segurança seja condicionado pela taxa e o potencial de crescimento econômico e, por outro lado, o desenvolvimento econômico não possa se efetuar sem um mínimo de segurança” (CASTELO BRANCO *in* COMBLIN, 1978, p. 66).

A prevalência da “Segurança”, ou do “desenvolvimento” dependeria “das circunstâncias, dos objetivos a atingir dos óbices a vencer, das ações a realizar e dos recursos de que se dispõe (ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 1981, p.207). O conceito de segurança desdobrava-se, ainda, em “Segurança externa” e “segurança interna”. A segurança interna era definida como dizendo respeito aos “antagonismos ou pressões, de qualquer origem, forma ou natureza, que se manifestem ou produzam efeitos no âmbito interno do país (ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 1975, p. 429).

Como já mencionado, os antagonismos sociais se referiam a uma ampla gama de manifestações sociais. Ao tratar do conceito de segurança interna, a ESG reforçava a ideia de que qualquer manifestação de oposição à ordem vigente deveria ser colocada na ilegalidade, já que atentaria à segurança nacional. Este conceito se complementava com o de Defesa Interna:

conjunto de medidas levadas a efeito, para superar os antagonismos e pressões que se manifestem ou produzam efeito no âmbito interno, atuando sobre seus agentes e seus efeitos, de forma e evitar, impedir ou eliminar o processo subversivo. Tais medidas, embora implicando a aplicação de todas as expressões do Poder Nacional, são particularmente da competência das expressões política e militar (ESCOLA SUPERIOR DE

GUERRA, 1975, p. 432).

A partir de definições flexíveis de “inimigo interno”, “antagonismo social” e das dificuldades advindas das formas de guerra não declaradas que os comunistas desenvolveriam, a defesa da nação se faria também por formas diversas e flexíveis, mas, preferencialmente, pelas expressões política e militar do “Poder Nacional”.

Justificava-se assim a repressão, ou seja, o conjunto de ações que os militares brasileiros levariam a cabo ao longo do período ditatorial, visando eliminar toda a ação social que fosse considerada antagonismo, pressão, subversão ou outras expressões do “inimigo interno”. Como argumentou Paula Beiguelman, ocorreu, a partir da ditadura pós 64, uma reformulação violenta da Doutrina de Segurança Nacional, que identificava como inimigo os próprios brasileiros, já que com a atualização da doutrina, deslocou-se o inimigo do plano externo para o interno (BEIGELMAN, 1991, p.170).

Para combater o avanço do comunismo, a ESG propunha as seguintes medidas:

Estimular o desenvolvimento para combater as injustiças sociais e as desigualdades entre os homens;
 Realizar eficiente ação psicológica associada ao correto emprego da comunicação social, objetivando a afirmação democrática e o fortalecimento moral da sociedade;
 Aprimorar, continuamente, a eficiência administrativa;
 Elaborar e aplicar a legislação adequada a prevenção no combate à subversão;
 Realizar o Planejamento global com vistas à Guerra Revolucionária e, dentro dele, o Plano de Segurança Interna; Por em execução esses planos, de forma agressiva e contínua (ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 1976, p. 99).

O plano de ação de combate ao comunismo articulava-se em várias frentes. A passagem de uma forma subdesenvolvida de capitalismo para um capitalismo avançado aparecia como meta prioritária. Simultaneamente, deveriam ser feitas “ações psicológicas” com vistas a afirmar a democracia. Como mencionado anteriormente, a democracia era um conceito que se formulava a partir do alinhamento brasileiro ao mundo capitalista e, portanto, ela só era concebida dentro dos limites desse sistema sócio-econômico. Era também uma democracia que se afirmaria a partir da eliminação dos “antagonismos”, uma democracia sem oposição, cujo sentido era o de minar o campo de atuação das massas populares e buscar a legitimação da ditadura.

Os preceitos indicados acima serviram de referencial para a montagem da estrutura repressiva legal que se desenvolveu a partir de 1964, que teve diversas ramificações ilegais,

conexões internacionais e esteve em sintonia com o substrato ideológico que sustentou a ditadura civil-militar. Foi esta estrutura que orientou também a lógica da repressão à guerrilha do Araguaia.

Alguns elementos sobre as concepções sobre o “povo” no pensamento conservador: Canudos e Contestado

Além do aos preceitos da Doutrina de Segurança Nacional, alguns elementos do pensamento conservador auxiliam no entendimento da repressão à guerrilha do Araguaia, em particular quando se trata de entender a repressão aos camponeses. Se a violência contra os trabalhadores em alguns casos travestida em lei e exercida pelo Estado, foi a tônica do último período ditatorial, ela não foi exclusiva do período e perpassa outros momentos da história brasileira.

Consideradas ignorantes, débeis, despreparadas, inocentes e ingênuas, sobre as massas populares, em diversos momentos históricos, recaíram variadas justificativas para que fossem permanentemente tuteladas e, quando expressaram suas demandas, foram barbaramente reprimidas.

Os ideólogos conservadores necessitavam justificar as exclusões política, social e econômica das camadas populares e a violência que era empregada contra ela nos momentos em que se levantava. Movimentos como o de Canudos, por exemplo, eram identificados como manifestações de um “incompreensível e bárbaro inimigo” e seu líder, Antônio Conselheiro, como

espécie bizarra de grande homem pelo avesso, tem o grande valor de sintetizar admiravelmente todos os elementos negativos, todos os agentes de redução do nosso povo. (...) é um notável exemplo de retroatividade atávica (...) Arrasta a multidão, contrita e dominada, não porque a domine, mas porque é o seu produto natural mais complexo (CUNHA *in* CASTRO, 2004, p. 26-27).

Apesar de ter modificado sua visão em *Os Sertões*, a visão do militar Euclides da Cunha revela elementos que indicam as representações ideológicas que os setores dominantes faziam das massas populares. Os camponeses eram tomados como “incompreensíveis” e “bizarros” e seu líder como portador dos “elementos negativos” do povo, síntese do atavismo que seria característica intrínseca do brasileiro. Teriam, portanto de ser destruídos, já que o exército, identificado por ele como portador dos elevados ideais

republicanos deveria primeiro “destruir para construir”. Significava que a missão civilizatória da República deveria extirpar “no organismo social o tóxico lentamente infiltrado”. Mas como remover a “doença” do “organismo social”? Pela aplicação de “antídotos violentos”, afirmava ele (CUNHA *in* CASTRO, 2004, p. 21).

Euclides da Cunha apresentava, naquele momento, a visão dominante sobre o “povo” e sobre os “métodos” a serem adotados para a manutenção da ordem (no caso, a “nova” ordem republicana). A República se instaurava sob o signo da violência contra as demandas populares e pela deturpação dos reais objetivos que carregava. Apresentados como miseráveis, incultos, ingênuos e influenciados por uma liderança perversa, a repressão se justificava em nome do progresso, dos avanços sociais e das conquistas advindas do estabelecimento de uma nova ordem. Contestação e luta a favor de sua existência e contra condições materiais aviltantes eram transformadas, numa engenhosa operação ideológica, em sinônimo de atraso, reacionarismo e fanatismo religioso. Contra isto, a arma dos setores dominantes era o extermínio.

Outros movimentos populares de origem camponesa produziram junto aos setores dominantes representações que mais uma vez justificavam a violência extremada que se dirigia contra seus integrantes. É o caso do Contestado, primeiro movimento pela posse da terra do período republicano, ocorrido em meio à onda das teorias raciais no Brasil que, grosso modo, hierarquizava as raças, procurando justificar “cientificamente” a superioridade branca. Aos “mestiços”, cabiam as responsabilidades pela deturpação da nação, já que “uma nação mestiça era (considerada) uma nação invadida por criminosos” (LEÃO *in* GUIMARÃES, s/d).

Num país que escravizou e negros e indígenas, que fez deles a força de trabalho que sustentava os setores dominantes de origem europeia, as teorias raciais explicavam a dominação em termos científicos e, portanto, em termos que seriam irrefutáveis. A supremacia branca era considerada científica, natural, desejada e procurada.

Esta operação ideológica que armava com a ciência os setores dominantes serviu para que se construíssem representações sobre os camponeses que lutavam pela terra na Guerra do Contestado como “‘esfaimados carnívoros’ (17/06/1915), ‘bandidos temíveis’ (12/02/1915), ‘bandoleiros assassinos’ (09/02/1915) e ‘hordas bárbaras de desertores da lei’ (29/10/1912) (...) ‘famigerados bandoleiros’ (09/06/1915), ‘sanguinários inimigos’ (10/10/1914), ‘criminosos fanáticos’ (03/06/1912) e ‘feras indignas de piedade’ (02/05/1914)” (WOITOWICZ, 2003).

Esquadrinhou-se uma perspectiva que atribuía às massas trabalhadoras elementos que seriam justificações à violência contra elas impetradas, que variavam no tempo e na temática: ora a raça, ora a ignorância, ora a própria miséria, mas todas tinham como fundo a

incapacidade dos setores dominantes de permitir a expressão e a realização das demandas postas pelos trabalhadores. Escolhemos os episódios de Canudos e do Contestado por algumas similaridades que guardam em relação à repressão aos camponeses na guerrilha do Araguaia.

Tal como ocorreu na guerrilha, Canudos e Contestado foram reprimidos por tropas federais, em que o número de combatentes estimados surpreende: em Canudos cerca de dez a doze mil soldados, no Contestado, entre seis e oito mil soldados além de entre mil e dois mil civis, e na guerrilha do Araguaia, cerca de dez mil soldados. Também é coincidente o fato de serem movimentos que se realizaram no campo. Os dois primeiros essencialmente dirigidos e orientados pelas demandas próprias dos camponeses, enquanto a guerrilha, apesar de se realizar no campo, tinha a intenção de envolver os camponeses, mas a direção cabia aos militantes do PC do B, que pretendiam ser a vanguarda revolucionária dos trabalhadores da cidade e do campo.

Esta breve discussão demonstra que o pensamento conservador brasileiro pretendeu forjar mecanismos que lhe garantissem a manutenção do *status quo*, mantendo intactas as estruturas de produção e modernizando “pelo alto” o capitalismo em nosso país, conservando sempre elementos da estrutura econômico social anterior, permitindo a sobrevivência no poder de grupos sociais arcaicos. Para alcançar seu objetivo, era necessário promover um combate às camadas sociais que punham em xeque a dominação burguesa, por mais tímida que fosse a expressão desses grupos. Esse traço de nossos setores dominantes ganhou novos contornos e justificativas a partir dos anos de 1950, através das formulações da Escola Superior de Guerra e em consonância com o novo contexto mundial, sob a guerra fria, como demonstrado no item anterior.

Entretanto, a ESG também se inspirou no pensamento conservador brasileiro para justificar a exclusão da participação popular na política. Segundo seus preceitos, as elites sempre foram responsáveis pelos “grandes movimentos da história brasileira”, citando como exemplos a “Campanha Abolicionista, a Independência, a República” (ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 1981, p. 31). O “povo”, nestes movimentos, teria um papel secundário ou irrelevante: “A adesão do povo às atividades precursoras e de apoio a esses movimentos tem sido tão discreta que não chega a configurar uma participação marcante ...” Desta forma, pelo papel pioneiro das “elites” e pela apatia popular, caberia às primeiras a condução da vida do país (ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 1981, p. 35).

A partir da ideia de que a história se move pelo alto, e que a história do país é fruto do gênio e das práticas das “elites”, as massas populares estariam marginalizadas do processo histórico social. A marginalização do “povo” se daria, também, por suas debilidades intrínsecas, já que os elementos que constituiriam seu caráter não contribuiriam para sua

participação na condução do país. Estes elementos seriam o individualismo, a adaptabilidade, a improvisação, a vocação pacifista, a cordialidade e a emotividade (ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 1981, p. 35).

Segundo a doutrina da ESG, faltava ao povo brasileiro iniciativa própria e este seria sempre manipulável. Por isso as massas poderiam ser cooptadas pelo “bem ou pelo mal” – pela esquerda ou pela direita. Esta compreensão justificava a subsunção da população aos desígnios das classes dominantes, as “elites” que, julgando traduzir os reais anseios populares, em nome do “povo” deveriam dirigir a vida nacional.

Esta formulação do papel das elites e a ideia de que o comunismo promovia um ataque expansionista ao mundo ocidental compunham a justificativa para as ações repressivas da ditadura civil-militar. O quadro vislumbrado pelos militares era de que num momento de agitação da vida nacional, com o povo aviltado pela miséria crescente e “sem iniciativa”, poderia ser instrumentalizado pelo comunismo. Eram necessárias medidas para conter o comunismo e as demandas populares, já que os primeiros se utilizariam delas para impor o comunismo ao “mundo livre” e as massas populares, ingênuas e manipuláveis, poderiam ser cooptadas pelos comunistas.

Como se viu, a justificação para a repressão contra a população já havia se dado pela raça, pela ignorância genética, mas, no contexto de guerra fria, a repressão se justifica pelo alinhamento político com o mundo capitalista. A repressão aos comunistas e socialistas declarados era evidente. Contudo, a permanência da repressão contra a população em geral foi justificada pela potencialidade revolucionária latente da qual era portadora, potencializada pelo caráter do brasileiro.

A atuação das Forças Armadas na região antes da Guerrilha do Araguaia

A primeira intervenção militar na região não tinha como centro a área que futuramente se desenvolveria a guerrilha do Araguaia, apesar de existir alguma sobreposição, em particular na região norte de Goiás (atualmente Tocantins). Tratava-se da operação “Trombas e Formoso”, que tinha como objetivo capturar camponeses que atuaram na Revolta de Trombas e Formoso, municípios do estado de Goiás, e entre eles sua liderança mais conhecida, José Porfírio. A operação ocorreu em 1964, alguns meses após o golpe, em uma área bastante extensa do estado de Goiás na qual se procurava verificar a existência de armamentos e grupos armados na região “a serviço do comunismo” (MINISTÉRIO DA GUERRA, 1964, p. 1). Na operação foram coletados dados como as condições de transporte,

a existência de pistas de pouso, condições sociais da população, além de serem identificadas as dificuldades naturais a serem enfrentadas numa eventual necessidade de captura de “subversivos”; da mesma forma, foram apresentadas informações sobre as autoridades locais, consideradas ignorantes e despreparadas (MINISTÉRIO DA GUERRA, 1964, p. 4-10).

Este cenário tornava a região propícia ao desenvolvimento de ações subversivas, em particular para a implantação de uma guerrilha rural. Descrevia-se a região como abandonada pelos poderes públicos, à mercê dos desmandos de políticos locais, que tinham a seu serviço forças policiais corruptas. Este quadro, segundo os preceitos da Doutrina de Segurança Nacional, favoreceria o desenvolvimento de antagonismos sociais que poderiam ser explorados pelo comunismo. Estabelecia-se assim uma relação entre miserabilidade, abandono do Estado e doutrinação da população. Esta avaliação se manteve quando os militares atuaram na região da guerrilha do Araguaia e se relaciona com as formas repressivas que se estabeleceram na guerrilha contra os guerrilheiros e contra a população.

Esta visão se baseava na crença, difundida pelos ideólogos e constante dos manuais da Escola Superior de Guerra, que, em condições de extrema pobreza e inexistência da promoção dos valores “democráticos e cristãos”, nos quais se basearia a “índole nacional”, as populações ficariam à mercê dos subversivos. A partir dessa premissa, o combate ao comunismo deveria se dar em duas frentes: numa delas se desenvolveriam as atividades propriamente repressivas, destruindo não apenas as organizações de esquerda, mas também aqueles que difundissem opiniões e críticas ao regime de qualquer natureza e, em outra frente, o Estado deveria ser o promotor do desenvolvimento e do bem-estar da população, visando extinguir a miséria para combater o comunismo.

Ambas frentes de combate ao comunismo podem ser consideradas diretivas gerais durante toda a ditadura e não apenas para a atuação no campo, expressas no binômio “Segurança e Desenvolvimento”: quanto maior o desenvolvimento, menor a necessidade de Segurança, entendida esta, como repressão. Na fórmula desenvolvida pelos ideólogos da ditadura ficava, portanto, explícita a necessidade de maiores níveis repressivos, quando constatava-se o baixo desenvolvimento; isso explica os níveis brutais de repressão da ditadura no campo, entre eles na guerrilha do Araguaia.

Como já afirmado, as avaliações sobre as condições de vida verificadas na Operação Trombas e Formoso se manteve nas operações de repressão à guerrilha do Araguaia. Da avaliação decorria também a necessidade de observar a região, quanto à presença de atividades subversivas, em particular as de guerrilha rural. Segundo relatos de moradores do município de Tocantinópolis, no atual estado do Tocantins, algumas pessoas de fora da região, de tempos em tempos, se instalavam na cidade e passavam alguma temporada, para logo desaparecerem. Essa informação sugere que podiam ser tanto agentes da repressão em

busca de informações sobre atividades subversivas, quanto militantes de esquerda em trânsito para outras regiões ou procurando se “refrescar” – ou seja, se esconder em períodos que a repressão sobre eles se acirrava nos grandes centros urbanos –, ou ainda militantes em atividade de preparação da guerrilha; todas estas hipóteses parecem verossímeis. No caso dos militares, não se localizou registros de atividades de inteligência ou repressão na região num período de sete anos após 1964. Entretanto, ao retornar à região próxima à guerrilha, em 1971, o relatório deixa claro que haviam sido realizadas operações de inteligência na área, pois possuíam uma listagem com os nomes e localização das pessoas a serem capturadas, além de, em alguns casos, descrições físicas detalhadas, o que reforça a ideia da presença de militares disfarçados na região nos anos anteriores.

Esta operação realizada em 1971, denominada Mesopotâmia, que resultou na morte do camponês Epaminondas Gomes de Oliveira, além da prisão e tortura de diversos outros, visava “capturar elementos subversivos nas regiões “Sw do Maranhão e N de Goiás” (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, 1971, p. 1). Os militantes que eram alvo desta ação estariam em atividade em duas áreas: nas fronteiras entre os estados do Pará, Maranhão, Mato Grosso e Goiás, principalmente nas cidades de Porto Franco, Imperatriz e Tocantinópolis. Após a prisão de alguns militantes, constatou-se, nos interrogatórios a presença da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares) e do Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT) (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, 1971, p. 4-5). O exército acreditava que esses grupos estavam se organizando desde a época da construção da rodovia Belém-Brasília, sob influência da luta dos posseiros em Trombas e Formoso, na década de 1950.

A atuação das Forças Armadas na repressão à guerrilha e aos camponeses

As operações abordadas no item anterior evidenciam que a ditadura buscou estabelecer controle e combater a subversão desde 1964 não apenas sobre os grandes aglomerados urbanos, mas também sobre áreas rurais. Uma extensa região que envolvia os estados de Goiás, Maranhão e Pará foi alvo de constantes preocupações dos agentes de Segurança. Nesse quadro, além da própria guerrilha do Araguaia, se insere a Revolta de Trombas e Formoso, a perseguição aos militantes do Movimento de Libertação Popular (MOLIPO), do PRT, da Var-Palmares e a perseguição aos camponeses.

Em relação à guerrilha, as primeiras informações sobre a presença de militantes na região foram obtidas em 1972 (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, 1972a), e ensejou uma série de operações militares, conhecidas como “Operação Peixe”, que ocorreram entre março e maio de 1972 e tinham como objetivo obter informações sobre “atividades subversivas”, além de

capturar e destruir o inimigo; ao todo, foram deflagradas cinco Operações Peixe, que tiveram como principal característica o despreparo dos agentes da repressão.

Nestas operações as Forças Armadas não obtiveram sucesso e julgaram ser necessário um longo trabalho de inteligência, visando colher maiores informações antes do próximo ataque. Esta foi a segunda campanha militar, iniciada com a “Operação Papagaio”,¹ também chamada de “Manobra 72”, que tinha como objetivos:

- 1 – Realizar, por intermédio da manobra, uma operação psicológica visando a:
 - alijar da área elementos subversivos que lá vem atuando;
 - capacitar a população de que poderá contar com o auxílio do Exército, conquistando-lhe, também, a simpatia (...).
- 2 – Testar:
 - a doutrina da Guerra Revolucionária;
 - o grau de instrução da tropa (...)
- 3 – Exercitar:
 - os comandos subordinados no planejamento e execução de operações especiais;
 - a tropa na realização de: - reconhecimentos; - marchas motorizadas; estacionamentos; - operações contraguerrilha e vivência na selva; - operação de informações e busca de informes de interesse para a Segurança Interna; - o sistema de operações ar-terra; o apoio administrativo a grandes distâncias da base no interior da selva;
- 4 – realizar Ações Cívico-Sociais (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, 1972b, p. 02-03).

Com a operação, identificaram que a guerrilha visava a formação e o treinamento de guerrilheiros rurais, o estabelecimento de um foco e, posteriormente de uma coluna guerrilheira, a obtenção de apoio externo e repercussão internacional, conseguir a adesão de outras organizações guerrilheiras, além de explorar os antagonismos existentes na área à favor da guerrilha, com o fim de criar uma rede de apoio (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, 1972c).

Acreditando num potencial de crescimento da guerrilha e temendo o recrutamento de novos membros entre os camponeses, o Exército deflagrou a última e decisiva campanha militar na região, cujo comando coube à “comunidade de informações”, ou seja, militares do Exército ligados à Segunda Seção, a que trata especificamente do setor de inteligência e informações entre as Forças Armadas, que andavam descaracterizados e possuíam grande autonomia de ação.

¹Possivelmente a “Manobra” recebeu esse nome por situar-se na região fronteira entre os estados do Pará, Maranhão e norte de Goiás (atualmente a região pertence ao estado do Tocantins) conhecida como “Bico do Papagaio”, já que as fronteiras dos estados, composta pelos rios se assemelham à forma da cabeça da ave vista de perfil.

Durante a guerrilha, as Forças Armadas atuaram de duas formas. Uma foi através da utilização de tropas regulares, que andavam fardadas e deixavam clara a presença dos militares na região, utilizadas principalmente durante a primeira campanha. A outra foi a utilização de agentes que andavam disfarçados, passando-se por técnicos agrícolas, compradores e proprietários de terras, comerciantes e funcionários públicos, e foi a principal forma de atuação na segunda e na terceira campanhas.

Sobre a primeira forma de atuação das Forças Armadas, pode-se inferir que a utilização de tropas fardadas denotava a crença no poderio militar em destruir a atividade guerrilheira na região (incluindo a destruição dos próprios guerrilheiros), que não necessitaria manter-se plenamente na clandestinidade para realizar as operações; entretanto, desde o primeiro momento de repressão à guerrilha, estas contaram com a colaboração de grupos descaracterizados. Dessa forma, evidencia-se que a atuação legal e ilegal das Forças Armadas ocorreram em conjunto e durante todo o período de repressão à guerrilha.

A presença de tropas fardadas servia também como elemento de convencimento da população, que tomava contato com o binômio do combate ao comunismo proposto pela ditadura: “Segurança e Desenvolvimento”, ou seja, os militares circulavam ostensivamente em meio à população, demonstrando seu poderio bélico, colocando-se na região como representantes do poder central – representando, portanto, a legalidade – e, ao explicitar esses poderes, buscavam desencorajar o envolvimento da população com a guerrilha; ao mesmo tempo, esses militares fardados, promoviam atividades de assistência social, como a Operação Aciso, além de resolverem problemas comuns na região, como a questão da legalização da posse da terra.

Todavia, mesmo os agentes fardados, rompiam frequentemente a linha tênue que os separava da ilegalidade: realizavam prisões arbitrárias, torturas, assassinatos, expulsavam moradores de suas terras e beneficiavam os grandes grileiros da região que ajudavam a combater a guerrilha.

Através dos relatos dos moradores, é possível compreender essa atuação contraditória, ora legal, ora ilegal: ora pareciam se colocar ao lado dos trabalhadores rurais para, em seguida, atuar beneficiando os grileiros, latifundiários e empresários locais, já que em certos momentos os moradores eram beneficiados com assistência social e regularização de suas posses, em outros eram presos e expulsos de suas terras pelas mesmas tropas. Acima da legalidade, do bem-estar da população e do desenvolvimento, situava-se a necessidade de “combater o comunismo” e o atendimento às demandas populares estava subsumido a essa meta prioritária.

Já as tropas “irregulares”, clandestinas e ilegais de militares que não andavam fardados e escondiam a sua verdadeira identidade, situavam-se na ilegalidade em sua integralidade. Ilegal também foi a atuação de órgãos governamentais que, aparentemente, não teriam nada a contribuir com a repressão, tais como a Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (SUCAM), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a Empresa Brasileira de Telecomunicações (EMBRATEL) e as empresas privadas que colaboraram com as ações militares, além dos grandes proprietários de terra da região.

Dessa forma, é possível inferir que na repressão à guerrilha do Araguaia se estabeleceu uma teia de relações legais e ilegais entre agentes públicos e privados que se constituiu visando colocar em prática a ação de extermínio da guerrilha e buscou, ao mesmo tempo, garantir que a população do local, influenciada pelos “subversivos”, não desenvolvesse formas próprias de combate à ditadura e aos desmandos locais. Esta diretriz se manteve por todas as campanhas militares desenvolvidas na região.

Nesta rede de relações, cada segmento tinha interesses próprios e a colaboração entre si visava garantir o atendimento das necessidades específicas de cada grupo. Apesar de ainda não existirem estudos que tenham como objeto estas relações, é possível indicar algumas chaves interpretativas. Uma delas diz respeito à relação entre os militares, os latifundiários e as autoridades locais.

A região começou a ser povoada nos anos 1950, no bojo de uma onda migratória que confluía para as fronteiras entre os estados do Pará, Maranhão e Goiás, composta principalmente de camponeses pobres oriundos do Nordeste e do Centro-Oeste (MECHI, 2012, p. 69).

Esta população constituía o contingente do que Octávio Ianni chamou de “reforma agrária espontânea” (IANNI, 1979, p. 16), que migrava em busca de melhores condições de vida, sem estímulos governamentais. Entretanto, a partir dos anos de 1970 e no bojo dos projetos de integração da Amazônia, também afluíram para a região outros trabalhadores, em busca de emprego nas grandes obras de infra-estrutura, além de pequenos comerciantes, jagunços, grileiros, pistoleiros e latifundiários. No mesmo período, foi criado o Banco da Amazônia (BASA) e a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) que tinham como objetivo financiar o desenvolvimento do capitalismo na região, através do incremento das atividades agrícolas, extrativistas e mineradoras (LOUREIRO e OINTO, 2005, p. 78).

Dessa forma, somou-se à população camponesa que havia se estabelecido há poucas décadas, a maioria saída de outras áreas em que existiam conflitos em torno da posse da terra e superexploração do trabalho, os agentes vinculados ao mesmo modelo de

desenvolvimento excludente (MECHI, 2012, p. 76). Se a historiografia aponta que os camponeses da região apoiaram os guerrilheiros, é certo também que os mencionados agentes apoiaram as forças de repressão.

O que se estabeleceu no Araguaia foi um outro conflito, entre os atores locais, que se imbricou com o conflito entre guerrilheiros e Forças Armadas, e foi potencializado por este. Enquanto os guerrilheiros, como parte da estratégia de enfrentamento contra a ditadura, buscavam atender as demandas da população, empresários, fazendeiros e grileiros se beneficiaram da presença das forças repressivas em nome dos seus próprios interesses, e se dirigiam principalmente contra os camponeses. A dificuldade de compreensão da guerrilha do Araguaia em toda a sua complexidade tem como um de seus fatores o entrelaçamento dos conflitos locais ao conflito entre o Estado e sua oposição armada.

Entre os camponeses atingidos pela repressão, diversos deles contam que tiveram suas casas e roças queimadas, além de serem expulsos de suas terras. Os camponeses entrevistados para este trabalho, invariavelmente, afirmam que perderam suas terras, que hoje são parte de grandes fazendas. O Sr. “Precatão”, por exemplo, afirma que os camponeses receberam ordens de não irem às suas roças, colher suas plantações durante a guerrilha mas ele, cuja esposa havia tido filho recentemente e precisava se alimentar, resolveu pedir autorização na base militar da região de “Abóbora”, já que não havia mais nenhum alimento em sua residência, e o oficial a concedeu. Entretanto, quando retornava da roça, foi interpelado pelos militares, que o amarraram e o levaram preso à base de Xambioá, onde permaneceu por vinte e dois dias, sendo torturado. Após sua libertação, não recebeu mais autorização para voltar às suas terras. Sua esposa, debilitada pelo parto recente, havia sido levada para a casa de seu pai, para que não permanecesse sozinha com a criança e sem alimentos no meio da mata onde moravam. Após o fim da guerrilha, as terras já não pertenciam mais ao Sr. Precatão; passaram a fazer parte da fazenda dos “Almeida”, grandes proprietários de terras da região².

A maior parte dos relatos de camponeses sobre as torturas e prisões que sofreram, tais como o do sr. Precatão, além dos depoimentos que revelam diversos desaparecimentos na região, destruição dos meios de subsistência e perda de terras, se referem à terceira campanha militar.

Nessa campanha, em outubro de 1973 e às vésperas dos ataques finais à guerrilha, o Exército prendeu aproximadamente 300 moradores locais na base militar de Bacaba, também conhecida como “casa azul”, na cidade de Marabá, estado do Pará. Contra eles, além das prisões serem arbitrárias, utilizou-se diversos métodos de tortura. Durante esta prisão,

² Depoimento concedido à autora em 11 de abril de 2014.

alguns deles foram recrutados como guias do Exército, também conhecido como mateiros. Conhecedores da mata da região do Araguaia guiavam os militares para encontrar os militantes.

A violência praticada pelas Forças Armadas contra cidadãos comuns que, ao fim e ao cabo, beneficiou os grandes proprietários de terras, pode ser explicada, em primeiro lugar, por que estes camponeses, que viviam numa região em que a ausência do Estado era notória, em que os direitos sociais mínimos não eram garantidos, eram potencialmente revolucionários, segundo a Doutrina de Segurança Nacional. Conforme discutimos anteriormente, segundo a doutrina, quanto menores os níveis de desenvolvimento, maior a necessidade de segurança. Dessa forma, para conter esta população, uma das ações seria fortalecer os setores dominantes locais, capazes de trazer algum nível de desenvolvimento para a região.

Por outro lado, as autoridades governamentais locais, apesar de vistas como despreparadas ignorantes e corruptas (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, 1964, p. 4), eram, na visão dos militares, a força social capaz de impedir o envolvimento dessa população não apenas na guerrilha, mas também em atividades políticas que questionassem o governo, a autoridade dos representantes da ditadura e o modelo de desenvolvimento instituído. A contrapartida que as Forças Armadas presentes na região ofereceram para esta contenção e para a colaboração no combate à guerrilha foi a grilagem de terras, a impunidade, a constituição de milícias paramilitares próprias, um poder judiciário comprometido e corrupto, quadro que se manteve na região para além da ditadura.

Apesar de toda a violência do regime, havia uma ilusão a respeito das possibilidades de desenvolvimento e bem-estar social – ilusão socialmente necessária – que cumpria uma função ideológica precisa, a saber, garantir a reprodução ampliada do capital, de forma a remunerar as burguesias interna associada e a externa, ligada aos setores do capital internacional; a impossibilidade de sua efetivação no Araguaia, apesar de suas especificidades, seguiu a tônica de uma tendência que se desenvolveu no restante do país.

Sobre a população do Araguaia recaiu, portanto, a repressão visando combater a guerrilha e a repressão visando combater ela mesma, portadora de um potencial revolucionário. Além dos métodos repressivos, e que violavam os direitos humanos, utilizados nos grandes centros, já tratados largamente pela historiografia disponível, destacamos dois outros, identificadas no Araguaia:

1. Prisões: além das celas de delegacias e quartéis, outras modalidades de detenção podem ser mencionadas, tais como o “Buraco do Vietnã”. Tratava-se de,

um buraco com uma grade de ferro por cima, onde o preso era colocado junto com animais rasteiros – como insetos (formigas, aranhas, besouros) e animais não peçonhentos como o calango – e ali permanecia por dias, tomando sol e chuva. Sua alimentação e suas necessidades fisiológicas eram realizadas ali (MECHI, 2013).

As prisões não foram feitas apenas por tropas fardadas, mas também por agentes descaracterizados, e milícias paramilitares constituídas por pistoleiros e jagunços sob o controle dos empresários e fazendeiros locais;

2. Ataque aos meios de subsistência: tratava-se de queimar as roças, impedir a colheita ou o plantio, visando “matar a guerrilha de fome”, já que sabia-se que os guerrilheiros, além de se alimentar daquilo que a floresta era capaz de proporcionar, também recorriam às plantações dos camponeses; estes ataques e proibições, também fragilizavam ainda mais as condições sociais dos camponeses, que perdiam a relativa autonomia que tinham em relação aos poderosos locais. Ao deixar de cultivar a própria terra, a saída para muitos deles foi a de tornarem-se funcionários nas grandes fazendas da região.

Esta última modalidade de violação de direitos humanos, ao fragilizar o camponês, aparentemente criava-se um problema do ponto de vista da Doutrina de Segurança Nacional, já que era identificado um potencial subversivo na pobreza, que as ações de repressão à guerrilha estavam agravando. Entretanto, tratava-se de um problema aparente, já que fragilizar o camponês fortalecia, ao mesmo tempo os latifundiários, que atuaram ao lado das Forças Armadas durante a repressão a guerrilha, mas que se constituíram como força repressiva quase absoluta na região após o fim da guerrilha.

Ao final da guerrilha, foi realizada na região a chamada “Operação Limpeza”, que tinha como objetivo apagar os rastros da repressão. Além desta operação, alguns militares permaneceram na área e, um deles, inspirava terror entre os camponeses. Trata-se de Sebastião Rodrigues de Moura, conhecido na guerrilha como “Major Curió” ou Dr. Luchini que, nos anos oitenta ficou famoso por comandar o garimpo de Serra Pelada mas também por atuar na repressão ao nascente Movimento Sem-Terra no Sul do país.

Ex-agente do Serviço Nacional de Informações, Sebastião Rodrigues de Moura, responsável pela fase de extermínio da Guerrilha do Araguaia, foi eleito deputado federal pelo Partido Democrático Social (PDS) em 1982 e 1986, apoiado pelo general-presidente Figueiredo e pelo general Newton Cruz. Também foi eleito prefeito, já no ano 2000, da cidade de “Curionópolis”, que ajudou a fundar em 1981 e batizada em homenagem a ele próprio. Elementos da relação de cumplicidade que se estabeleceu entre os latifundiários da região e os militares encontram na atuação de Curió um ponto de confluência, até mesmo

em episódios de escravidão contemporânea. O município do qual ele foi prefeito, Curionópolis, já foi apontado com uma das quatro cidades com maior incidência de trabalho escravo no país (as outras são Sorriso, Eduardo Magalhães e Redenção) e ele, quando era prefeito, afirmava que sua relação com os proprietários rurais era “muito boa, nem podia ser diferente, porque há 300 mil cabeças de gado no município. O que existe são trabalhadores sem carteira de trabalho, mas todos são livres” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2004, Caderno Brasil, p. 5).

Com a saída de cena dos militantes, assassinados pelas Forças Armadas, restaram os camponeses e parte do aparato militar que permaneceu na região, do qual Sebastião Rodrigues de Moura tem sido apontado como principal comandante. A repressão, que extrapolou em muito a guerrilha, como procurou se demonstrar nesse artigo, não atingiu os camponeses de maneira marginal ou episódica. Eles também estiveram no centro das ações dos militares, que julgavam ser necessário, para garantir a segurança e o desenvolvimento do país, extirpar o potencial revolucionário do qual a população do Araguaia, em sua miserabilidade, era portadora.

Considerações finais

Da repressão à guerrilha do Araguaia fazia parte também a repressão às demandas camponesas e uma busca de desmobilização em torno das lutas sociais contra o avanço do latifúndio. Esta repressão, que se fundamentava nos preceitos contidos na Doutrina de Segurança Nacional, alicerçava-se também em elementos do pensamento conservador, que forneciam às forças repressivas uma visão do camponês como um elemento atávico, ignorante e manipulável. Após o fim da guerrilha, a repressão na região se manteve.

Contudo, após o final da ditadura, esta se realizou sem a justificativa de preservação do regime, mesmo contendo elementos que remetiam ao combate ao comunismo. Passou-se criminalizar os movimentos de luta pela terra, a partir da identificação de seus militantes como criminosos comuns. Permaneceram, também, as visões preconceituosas sobre o trabalhador rural, em que se procura identificá-los como ignorantes, incapazes e violentos.

Trazendo à tona uma das permanências do regime, na área do Araguaia, as prisões, torturas, assassinatos de camponeses se tornaram recorrentes, assim como permaneceu a prática de expulsão de suas casas e suas posses. Não eram mais realizadas contando com a atuação explícita de tropas fardadas ou descaracterizadas, mas sim realizadas por jagunços, pistoleiros, milícias paramilitares, que tiveram sua formação incentivada durante os anos da

guerrilha. Nenhuma das fazendas formadas a partir da expulsão dos camponeses durante a guerrilha foi expropriada; estas terras permanecem nas mãos dos grileiros que se estabeleceram na região naquela época. A estrutura fundiária desenvolvida se manteve assim como as condições degradantes impostas à maioria da população da região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, S. B. 2002. *De Zé Porfírio ao MST: A luta pela terra em Goiás*. Brasília, André Quicé Editor, 189 p.

ALVES, Maria Helena Moreira. 1984. *Estado e Oposição no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 337 p.

BEIGUELMAN, Paula. 1994. *O pingo de azeite: a instauração da ditadura*. São Paulo, Perspectiva, 186 p.

COMBLIN, Joseph. 1978. *A ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 251 p.

CASTRO, Maurício de A. S. 2004 *Canudos: Visões Militares*. Mestrado em Sociologia e Antropologia (dissertação). Rio de Janeiro, RJ, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, UFRJ, 112 p.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 1981. *Fundamentos da Doutrina*, Rio de Janeiro, Escola Superior de Guerra, 338 p.

_____. 1976. *Manual Básico*. Rio de Janeiro, Escola Superior de Guerra, 1976, 648 p.

_____. 1975. *Manual Básico*. Rio de Janeiro, Escola Superior de

Guerra, 572 p.

FERNANDES, Ananda Simões. 2009. Reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva. *Antíteses*, Londrina, Universidade Estadual de Londrina, vol. 2, n. 4, jul/dez, p. 831-856. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/viewFile/2668/3937>, acesso em: 10/09/2010.

IANNI, Octávio. 1979. *Colonização e Contra-Reforma Agrária na Amazônia*. Petrópolis, Vozes, 137 p.

GUIMARÃES, Aissa A. s/d. A estética implausível da modernização no Brasil. *Revista Humanas*, Vitória, ES, Universidade Federal do Espírito Santo, n. 1.

LOBATO, Elvira. 2004. Prefeituras contestam Ministério – Prefeitos dizem que não há trabalho escravo. *Folha de São Paulo*, Caderno Brasil, 18 de jul. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/200407/18/2/> acesso em: 27/05/2012.

LOUREIRO, Violeta R. & OINTO, Jax N. A. 2005. A questão fundiária na Amazônia. *Dossiê Amazônia brasileira II*. Revista Estudos Avançados, São Paulo, Instituto de Estudos Avançados/USP, vol.19, n.º 54, p. 77-98. Disponível

em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000200005 , acesso em: 10/04/2014.

MECHI, Patrícia S. 2012. *Protagonistas do Araguaia: trajetória, representações e práticas de camponeses, militantes e militares na guerrilha*. Tese de Doutorado. São Paulo, SP, Programa de Pós-Graduação em História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 401 p.

_____. 2013. Contra a revolução, a barbárie. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Dossiê Guerrilhas. N. 90. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/contra-a-revolucao-a-barbarie>, acesso em: 10/03/2013.

_____. 2013. Camponeses do Araguaia: da guerrilha contra a ditadura civil-militar à luta contemporânea pela terra. *Projeto História (PUCP/SP)*, São Paulo, n. 46, pp. 167-195, abr. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/16300>, acesso em: 05/05/2014.

MINISTÉRIO DA GUERRA. Comando Militar de Brasília, 11.ª Região Militar, 2.ª Seção. 1964. *Relatório Especial – Operação Trombas e Formoso (reservado)*. Brasília, 28 de dezembro, 10 p.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. Comando Militar do Planalto e 11.ª Região Militar. 1964. *Operação Mesopotâmia – Ordem de Operações Nº 01-SPC/71 – (segredo)*. Brasília, julho e agosto , 23 p.

_____. Comando Militar Planalto. 11.ª Região Militar, 3.ª Brigada da Infantaria. 1972. *Operação Cigana (Segredo)*, Brasília, 11 de abr, 02 p.

_____. 1972 *Operação Papagaio – Relatório das Operações (Segredo)*, Brasília, novembro, 56 p.

_____. Comando Militar da Amazônia. 8.ª Região Militar, Quartel General, 2.ª Seção. 1972. *Operação Peixe (I, II, III, IV e V) (Segredo)*. Brasília, 45 p.

_____. Gabinete do Ministro. CIE/DF. 1972. *Exposição para o Chefe do CIE*. Brasília, 5 p.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, Procuradorias da República do Pará, São Paulo e Distrito Federal. 2002. *Relatório Parcial das Investigações sobre a guerrilha do Araguaia*. Brasília .

PEREIRA, Henrique A. A. R. 2008. *Criar ilhas de sanidade: os Estados Unidos e a Aliança para o Progresso no Brasil (1961-1966)*. (Tese de Doutorado) São Paulo, SP, Programa de Pós-Graduação em História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

WOITOWICZ, Karina Janz. 2003. Imagens dos Sertanejos da Guerra do Contestado nas páginas da imprensa: nuances da produção de sentido nos discursos jornalísticos do Diário da Tarde (Curitiba/PR, 1912-1916) in XXVI Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Belo Horizonte, MG, *Anais do XXVI Congresso Anual em Ciência da Comunicação*. Disponível em: <http://galaxy.intercom.org.br:8180/dspace/bitstream/1904/4428/1/NP2WOITOWICZ.pdf> acesso em 02/08/2011.